



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

OFÍCIO Nº <sup>340</sup> /2014/GS / SEFA

Belém, 30 de maio de 2014.

**Exmo. Senhor**  
**ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO**  
**Secretário do Tesouro Nacional - STN**

Senhor Secretário,

Honrado em cumprimentá-lo, por meio desse ofício encaminho a Avaliação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado do Pará, referente ao exercício de 2013.

Atenciosamente,

  
**José Barroso Tostes Neto**  
**Secretário de Estado da Fazenda do Pará**





**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL  
DO ESTADO DO PARÁ**

**AVALIAÇÃO - 2013**

**MAIO 2014**

## 1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

1. Em 2013, a economia brasileira, apresentou leve recuperação diante das condições macroeconômicas internacionais e registrou taxa de crescimento econômico de 2,3% dado do IBGE. Em valores correntes, o PIB brasileiro atingiu R\$ 4,838 trilhões, o resultado superior ao de 2012 ocorreu em função do setor de serviços e da agropecuária.
2. O movimento da economia nacional refletiu nos indicadores econômicos do Estado, ressaltando que os resultados de 2012 foram baixos e negativos em alguns indicadores. O Instituto de Desenvolvimento do Estado do Pará – IDESP, analisando o conjunto da economia paraense, estima um Produto Interno Bruto-PIB, para 2013, de R\$ 101.936 milhões, com crescimento real de 3,06% e um PIB *per capita* de R\$ 13.042, cabe ressaltar que em 2011, último ano consolidado do indicador, o PIB apresentado foi de R\$88.371 milhões e o *per capita* alcançou R\$11.494. Os comportamentos da indústria, do comércio e das exportações, indicam a melhora da economia do estado.
3. O Comércio foi responsável por 9,46% do Valor Adicionado estadual em 2011 e segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC- IBGE) o crescimento do volume de vendas no varejo, em 2013, foi de 5,9% e o crescimento das receitas de 14,6%, resultados superiores aos registrados para a economia Nacional, apesar do aumento da meta da taxa SELIC, que iniciou o ano em 7,25% (janeiro 2013) e finalizou em 10% (dezembro 2013).
4. Por sua vez, as indústrias, paraense e nacional, não acompanharam o bom momento das atividades do setor de serviços. Segundo os resultados da Pesquisa Industrial Mensal Produção Física (PIM – IBGE) a indústria nacional cresceu 1,2% e a estadual obteve queda no volume de produção de - 4,9%, resultado amenizado pelo crescimento de 4,2% da atividade metalúrgica de minerais não metálicos.
5. Em relação à balança comercial, o saldo, tradicionalmente positivo, gerado pelo Estado do Pará em 2013 foi 9,8% superior ao ano anterior, pois, as exportações, compostas por aproximadamente 85% de produtos de origem mineral (*in natura* ou industrializados), variaram 7,1% e as importações, origem de diversos insumos para a indústria, bens de consumo e bens de capital, decresceram -18,8%.
6. Os indicadores apresentados, para a economia paraense em 2013, não indicam uma única tendência, pois são diferentes em relação suas fontes e objetos de mensuração, porém o desempenho econômico de 2013 foi superior à 2012, em consonância à economia Nacional e devido à melhora da relação comercial com o mercado internacional.
7. Em paralelo ao desempenho da economia local, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA), prosseguiu implementando ações direcionadas para a modernização e o aperfeiçoamento do Sistema de Administração Tributária Estadual, objetivando o incremento da arrecadação própria, tais como: Intensificação dos Projetos Nota Fiscal e Conhecimento de Transporte Eletrônico; Lançamento do Programa de Regularização Fiscal- PROREFIS; Implantação do novo modelo de inscrição e controle da dívida ativa; Rediscussão do Projeto Cadastro Sincronizado, que hoje abrange a SEFA, a Receita Federal e a Prefeitura Municipal de Belém, o qual foi rediscutido, ampliando o mesmo para as demais prefeituras municipais e Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA), integrando o sistema da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (**Redesim**); Conclusão do Projeto Auditor Eletrônico; Início do projeto de concepção do manual de fiscalização; Projeto piloto da Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor; Implementação do Projeto RECOPI; Implementação da Denegação de Documentos; Conclusão do Projeto NCM, que consiste em identificar a mercadoria e gerar o ICMS antecipado; Programa Nota Fiscal Cidadã; Realização de Operações de Fiscalização de Estabelecimentos – Porta a Porta, com a participação da SEFA, Receita Federal e SEFIN na região da grande Belém e Ananindeua e PROCON; Realização de



ações conjuntas da SEFA e Receita Federal em diversos municípios paraenses; Monitoramento Fiscal dos Segmentos Econômicos; Intensificação das ações voltadas a cobrança do ITCD, como o cruzamento das informações da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física e Documentos de Arrecadação Estadual (DAE) existentes nos bancos de dados da SEFA; Intensificação de ações de melhoria dos serviços disponíveis no Portal e de atendimento ao contribuinte; Permanente elaboração, revisão e atualização de normas e atualização da legislação tributária estadual; além de investimentos diversos em tecnologia; dentre outras.

8. Em 2013, o Estado do Pará comprometeu-se a alcançar um resultado primário de R\$ 46 milhões, resultado da diferença entre as receitas não financeiras líquidas de R\$ 14,945 bilhões e despesas não financeiras na ordem de R\$ 14,899 bilhões. O resultado efetivamente apurado em 2013 demonstra que o Estado obteve receitas não financeiras líquidas de R\$ 14,287 bilhões e uma despesa não financeira de R\$ 14,171 bilhões, registrando assim um superávit primário de R\$ 116 milhões, resultado mais do que suficiente para o pagamento do serviço da dívida pública, e determinante para que as contas públicas estaduais fechassem o exercício com um suficiência financeira de 207 milhões. Esses indicadores ratificam o compromisso com a manutenção do equilíbrio fiscal e financeiro do Estado do Pará, retomado a partir de 2011 e conforme demonstrado no **Quadro I**.

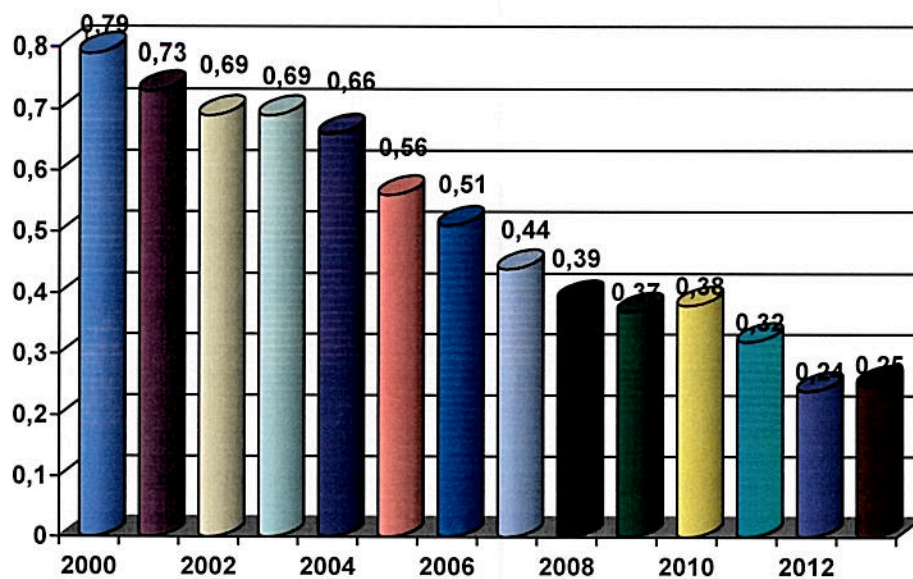
**Quadro I**

<b>Discriminação</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
1 - Receita Líquida	9.811	11.098	13.463	14.287
2 - Despesas Não Financeiras	10.245	10.360	12.678	14.171
3 - Resultado Primário (1-2)	-446	738	785	116
4 - Juros Líquidos	95	40	92	32
5- Amortizações	281	337	380	435
6- Operações de Crédito	756	42	42	545
4 - Atraso/Deficiências	50	-405	-358	-207

9. Observando o endividamento público, nota-se que o nível de endividamento do Estado mantém-se muito aquém do limite estabelecido pela Lei nº 9.496, que é da igualdade entre estoque da dívida e receita líquida real (RLR). O estoque da dívida em 2013 alcançou R\$ 2,80 bilhões e a Receita Líquida Real Corrigida (RLR) registrou, nesse exercício, R\$ 11,32 bilhões. O grau de endividamento estadual apresentou um crescimento, saindo de 0,24 em 2012, para 0,25 em 2013, conforme demonstrado na **Figura 1**.

**Figura 1**

### Relação Estoque da Dívida / RLR -2000 a 2013

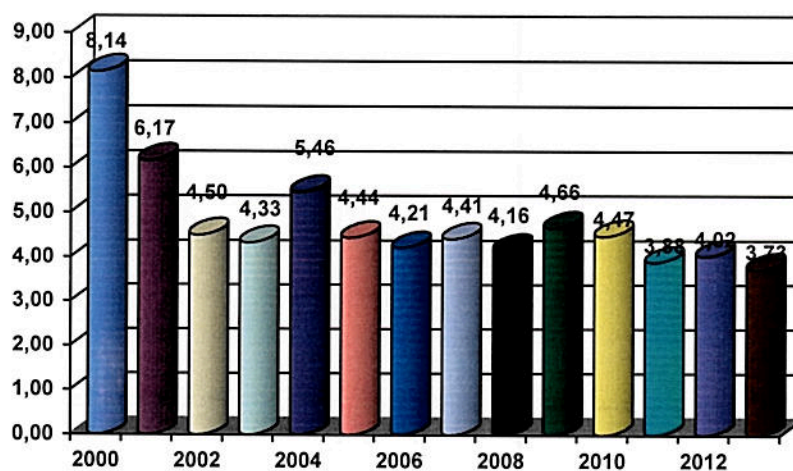


Fonte: Programa de Ajuste Fiscal

10. No que diz respeito ao comprometimento com pagamento do serviço da dívida (líquido de receitas financeiras) em 2013, registrou 3,73% da RLR, conforme ilustrado na **Figura 2** abaixo, sendo este menor do que o registrado em 2012 e o menor nível registrado nos últimos quatorze anos.

**Figura 2**

### Serviço da Dívida / RLR



Fonte: Programa de Ajuste Fiscal

11. Em 2013 ingressaram no Tesouro Estadual, exclusive as receitas financeiras, um montante de receita bruta de R\$ 16,55 bilhões, superior em R\$ 1.075, em termos reais, em relação ao exercício de 2012. Desse montante, R\$ 6,7 bilhões foram recursos transferidos pela União ao Estado e R\$ 9,8 bilhões oriundos da arrecadação própria do Estado.



12. Quanto às receitas transferidas, houve um decréscimo real de (-2,13%), quando comparado a 2012. Esse desempenho, em 2013, das receitas transferidas, em termos percentuais, em relação a 2012, decorreu basicamente do tímido desempenho dessas receitas, em particular FPE e do IPI, que apresentaram acréscimo de somente 1,38 % e decréscimo -4,1% respectivamente, em termos reais.

13. Já as receitas próprias do Estado, em 2013, apresentaram crescimento em termos reais de 2,93%. Apesar do cenário econômico desacelerado, em valores nominais foram arrecadados, a mais, em 2013, R\$ 828 milhões de receitas próprias, quando comparado com o desempenho do ano anterior. O ICMS, principal item da receita própria e da tributária, alcançou o montante de R\$ 7,68 bilhões em 2013, registrando em valores nominais, R\$ 1,02 bilhão a mais que o arrecadado em 2012.

### Quadro II

Discriminação	2011	2012	2013	Participação %			12/11	13/12
				2011	2012	2013	Variação Real %	
<b>I – RECEITA BRUTA</b>	<b>12.733</b>	<b>15.474</b>	<b>16.549</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>14,67</b>	<b>0,82</b>
<b>Receitas de Transferências</b>	<b>5.805</b>	<b>6.457</b>	<b>6.704</b>	<b>45,59</b>	<b>41,73</b>	<b>40,51</b>	<b>4,97</b>	<b>-2,13</b>
FPE	3.673	3.787	4.072	28,84	24,47	24,61	-2,71	1,38
Outras	2.132	2.671	2.632	16,74	17,26	15,90	18,19	-7,11
<b>Receitas Próprias</b>	<b>6.928</b>	<b>9.017</b>	<b>9.845</b>	<b>54,41</b>	<b>58,27</b>	<b>59,49</b>	<b>22,81</b>	<b>2,93</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>5.953</b>	<b>7.286</b>	<b>8.507</b>	<b>46,75</b>	<b>47,08</b>	<b>51,40</b>	<b>15,5</b>	<b>10,06</b>
ICMS	5.553	6.669	7.684	43,61	43,10	46,43	13,3	8,62
IPVA	278	323	371	2,18	2,08	2,24	9,6	8,33
ITCD	17	14	11	0,14	0,09	0,07	-25,8	-20,64
Taxas	105	281	440	0,82	1,81	2,66	153,2	47,85
Outras	975	1.731	1.338	7,66	11,19	8,09	67,52	-27,14
<b>II- Transferências a Municípios</b>	<b>1.634</b>	<b>2.011</b>	<b>2.262</b>					
<b>III- Receita Líquida (I - II)</b>	<b>11.099</b>	<b>13.463</b>	<b>14.287</b>					

Fonte: Programa de Ajuste Fiscal

14. O comportamento crescente da receita própria, teve como fator preponderante o incremento nas receitas de origem tributária, influenciado, sobretudo pelo aumento da arrecadação do ICMS e seus acessórios, principal componente da arrecadação estadual. Outro fator positivo no crescimento da arrecadação é a recuperação dos recursos inscritos em dívida ativa. Com uma representação de aproximadamente 60% da receita própria, o ICMS acrescido da Dívida Ativa e de seus acessórios apresentou em 2013, arrecadação correspondendo a R\$ 8,02 bilhões.

15. Ressalta-se que, no período de 2011 a 2013, a arrecadação do ICMS apresentou crescimento real de cerca de 25%, acrescentando cerca de R\$ 2,3 bilhões em termos nominais a esse imposto.

16. Ainda no âmbito do ICMS, destaca-se que os segmentos referente a combustível, energia elétrica e comunicação são os mais significativos e, em 2013, responderam por 41,7% do total arrecadado, equivalente a 3,3 bilhões.

17. No que se refere ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores- IPVA, também incluindo a Dívida Ativa e multas e acréscimos moratórios, em 2013, a arrecadação desse imposto foi de R\$ 371 milhões, com crescimento real de 8,3% em relação ao ano anterior.

18. Em 2013, do total de despesas não financeiras, no montante de R\$ 14,17 bilhões, cerca de R\$ 8,1 bilhões, foram destinados ao pagamento de pessoal, que quando comparado ao ano anterior



registrou crescimento real de 3,41% e representou 57% do total das despesas não financeiras do estado. Esse crescimento registrado decorreu basicamente, no âmbito do Poder Executivo, do reajuste geral da remuneração dos servidores, do piso da educação e outros compromissos junto aos servidores da área de Segurança do Estado, além, é claro do rebatimento destes incrementos na folha de pessoal inativo e pensionistas.

19. Quanto ao custeio da máquina pública estadual, em 2013 foram gastos cerca de R\$ 4,67 bilhões, apresentando um crescimento real de 5,77% em relação ao ano de 2012, e representou 32,96% do total das despesas não financeiras, representando ainda, em termos nominais, que foram consumidos em custeio, em 2013, R\$ 508 milhões a mais que em 2012. Os itens de custeio que apresentaram maior crescimento em 2013, quando comparado com os gastos de 2012, foram: Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – R\$ 57,9 milhões; Auxílio Alimentação – R\$ 87,09 milhões; Auxílio Fardamento – R\$ 2,65 milhões e Despesa com locomoção R\$ 7,08 milhões, dentre os mais significativos.

20. Os investimentos registraram em 2013, gastos de R\$ 1.194 milhões, destinados ao início de novas obras, obras já iniciadas e aquisição de equipamentos, representando crescimento positivo de 21,90%, em termos reais, quando comparado a 2012. As áreas que concentraram maior volume de recursos foram: Educação com R\$ 112,2 milhões; Transporte com R\$ 537,4 milhões; Saúde com R\$ 95,1 milhões, Segurança Pública com R\$ 75,3 milhões, Habitação R\$ 56,7 milhões, Saneamento R\$ 55,5 milhões e Administração R\$ 53,8 milhões e Urbanismo R\$ 68,9, representando 88,35% do total investido. Registre-se que do montante aplicado em investimentos, a maior parte foi custada com recursos próprios.

### Quadro III

Discriminação	2011	2012	2013	Participação %			12/11	13/12
				2011	2012	2013	Variação	Real %
<b>DESPESAS NÃO FINANCEIRAS</b>	<b>10.360</b>	<b>12.678</b>	<b>14.171</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>15,48</b>	<b>5,37</b>
<b>PESSOAL</b>	5.944	7.390	8.107	57,38	58,29	57,01	17,32	3,41
<b>OCC</b>	<b>4.416</b>	<b>5.288</b>	<b>6.064</b>	<b>42,62</b>	<b>41,71</b>	<b>42,79</b>	<b>12,99</b>	<b>8,11</b>
Investimentos	551	924	1.194	5,32	7,28	8,43	58,04	21,90
Inversões	180	178	174	1,74	1,40	1,23	-6,87	-7,62
O D C	3.667	4.162	4.670	35,40	32,83	32,96	7,10	5,77
Sentenças Judiciais	17	24	26	0,17	0,19	0,18	32,79	-0,28
<b>V - RESULTADO PRIMÁRIO (III - IV)</b>	<b>738</b>	<b>785</b>	<b>116</b>					

Fonte: Programa de Ajuste Fiscal

21. Com relação às inversões financeiras, foram gastos R\$ 174 milhões, representando um decréscimo em termos reais de 7,6%, em relação ao exercício anterior. Os recursos nessa rubrica foram direcionados, prioritariamente, para Saneamento – R\$ 146,6 milhões, e Administração - R\$ 16,9 milhões, representando conjuntamente 93,97% do valor global gasto nesse item.

22. Os elementos expostos acima demonstram objetivamente o compromisso com o controle fiscal e demonstram que o Governo do Estado está preparado para alavancar investimentos em infraestrutura, seja via captação de recursos de operações de crédito ou com os recursos próprios do tesouro estadual, contribuindo assim como elemento dinamizador do desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará.



## **2. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE 2012**

### **2.1 RELAÇÃO DÍVIDA RECEITA/ LÍQUIDA REAL**

23. No que diz respeito à dívida pública, o compromisso do Estado era limitar, a igualdade, o estoque da dívida e a receita líquida real (RLR). O grau de endividamento em 2013, foi de 0,25, dessa forma, como o estoque da dívida em 2013 alcançou R\$ 3,19 bilhões e a Receita Líquida Real (RLR) registrou nesse exercício R\$ 12,91 bilhões, o nível de endividamento do Estado do Pará está muito aquém da estabelecido pela Lei nº 9.496, portanto, o Estado, cumpriu a meta 1 do Programa.

### **2.2 RESULTADO PRIMÁRIO**

24. O Estado do Pará comprometeu-se junto a Secretaria do Tesouro Nacional, a implementar esforços fiscais, que possibilitassem, no exercício de 2013, alcançar um resultado primário de R\$ 46 milhões, resultado da diferença entre receitas não financeiras líquidas de R\$ 14.945 bilhões e despesas não financeiras, na ordem de R\$ 14.899 bilhões.

25. O resultado final do exercício de 2013 demonstrou que o Estado obteve receitas não financeiras líquidas de R\$ 14.287 bilhões, superior ao valor acordado, e uma despesa não financeira de R\$ 14.171 bilhões, inferior ao valor pactuado, registrando assim um superávit primário de R\$ 116 milhões, ou seja, bem superior ao acordado para este exercício.

26. Esse resultado foi possível, pela dinamização da gestão sobre a arrecadação própria, aliada a uma gestão rigorosa dos gastos públicos, implementando medidas restritivas de uso dos recursos, estabelecendo uma nova cultura na administração e utilização responsável desses recursos, o que produziu o resultado positivo alcançado. Dessa forma, o Estado cumpriu a meta acordada para o exercício de 2013.

### **2.3 DESPESA COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

27. O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal de 2012/2014, previa que no ano de 2013, o total de gastos de pessoal deveria consumir cerca de 53,28 % da receita corrente líquida (RCL). Entretanto, a meta era de não ultrapassar o limite de 60,00% dessa receita, conforme estabelecido na Lei 9.496/97. Ao encerrar o exercício, o Estado despendeu recursos para pagamento de pessoal, na ordem de R\$ 8,1 bilhões superior, em termos reais, em 3,41 % em relação ao montante gasto nessa mesma rubrica no ano de 2012. Portanto, ficou R\$ 717 milhões acima do valor projetado, alcançando 56,46% da RCL, porém dentro limite estabelecido de 60,00%, cumprindo portanto a meta acordada para o exercício de 2013.

28. O crescimento registrado nas despesas de Pessoal decorreu, no âmbito do Poder Executivo decorreu basicamente, do reajuste geral da remuneração dos servidores, do piso da educação e outros



compromissos junto aos servidores da área de Segurança do Estado, além, é claro do abatimento destes incrementos na folha de pessoal inativo e pensionistas.

## **2.4 RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

29. Com relação a arrecadação das receitas próprias, em 2013, foram arrecadados recursos da ordem de R\$ 9,84 bilhões, com participação de 59,49% da Receita Bruta. As receitas tributárias registraram uma entrada de recursos de R\$ 8,51 bilhões, onde somente a arrecadação de ICMS contribuiu com R\$ 7,68 bilhões. Por outro lado, as receitas de transferências recebidas participaram com 40,51% da receita bruta, demonstrando uma queda na participação da receita, em relação à 2012.

30. O desempenho da arrecadação própria, em 2013, decorreu principalmente do esforço arrecadatário da área tributária estadual, O Estado do Pará continua permanentemente envidando esforços para elevação de sua receita própria, com ações que vêm proporcionando um grande avanço na modernização e aperfeiçoamento do Sistema de Administração Tributária e Financeira Estadual.

31. Nesse esforço permanente, a Fiscalização, a Tributação e a Arrecadação constituem o tripé sobre o qual se sustenta a Administração Tributária. As ações fiscais promovidas pela Secretaria de Estado da Fazenda fazem parte de um Plano de Ação alinhado com os objetivos estratégicos definidos em seu planejamento estratégico. Dentre as ações programadas para o período 2013/2014, referentes ao Programa de Ajuste Fiscal, destacam-se:

- ✓ **O Programa Nota Fiscal Cidadã**, que tem como objetivo estimular a cidadania fiscal no Estado do Pará, mediante a conscientização da sociedade sobre a gestão fiscal, a valorização de iniciativas cidadãs de apoio e exercício da cidadania fiscal e premiação ao consumidor que exigir do fornecedor de mercadorias e bens a emissão de documento fiscal hábil, com a identificação do consumidor, alcançou em dezembro de 2013 o total de 114.257 consumidores cadastrados e 96.753 estabelecimentos comerciais enquadrados, com uma premiação acumulada em 5 sorteios de R\$ 1.037.450;
- ✓ **O Projeto Conhecimento de Transporte Eletrônico**, que foi ampliado com obrigatoriedade de novos contribuintes emitindo esse documento;
- ✓ **O Programa de Regularização Fiscal- PROREFIS**, que permitiu a empresa parcelar débitos tributários relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, decorrentes de fatos geradores vencidos até 31 de dezembro de 2012;
- ✓ **A Implantação do novo modelo de inscrição e controle da dívida ativa**, que busca a descentralização e modernização dos processos de inclusão, possibilitando a cobrança judicial e administrativa mais eficiente viabilizando a celeridade do procedimento de inscrição, controle e cobrança da dívida ativa com a redução da burocracia e dos custos do governo;
- ✓ **O Cadastro Sincronizado – INTEGRADOR NACIONAL/REGIONAL**, projeto que tem por escopo integrar SEFA, a Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA e os municípios paraenses ao Cadastro Sincronizado Nacional/Integrador Nacional, simplificando e agilizando o registro de constituição, alteração e baixa cadastral das empresas no Pará;
- ✓ Diversos projetos foram iniciados e concluídos relacionados à auditoria e fiscalização de estabelecimentos e de fiscalização de mercadorias em trânsito envolvendo especialmente notas fiscais eletrônicas, escrituração fiscal digital, cruzamento de parâmetros fiscais, tais como:





**PROJETO NCM**, que visa a geração dos valores devidos por antecipação no Estado com utilização do sistema de classificação de mercadorias baseado no NCM, **PROJETO AUDITOR ELETRÔNICO**, que facilita a execução dos procedimentos de auditoria fiscal com possibilidade de ganho à qualidade do trabalho fiscal e **PROJETO MANUAL DE FISCALIZAÇÃO** o qual objetiva a concepção do manual de fiscalização, que possibilitará a padronização dos passos fiscais a serem dados nos procedimentos de auditoria de estabelecimento;


- ✓ A **Ampliação dos Serviços Disponibilizados no Portal**, como os procedimentos de autorização de Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal – ECF; a consulta sobre pendências de obrigações principal e acessórias, bem como a emissão de DAE e acessibilidade a caixa postal virtual de comunicação do Fisco e o Contribuinte;
- ✓ Início do projeto piloto da **Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor**, que trará o efetivo controle do segmento varejista no Estado;
- ✓ Implementação do **RECOMPI** que possibilita o controle das operações com papel imune via SEFAZ-SP;
- ✓ Início dos procedimentos de **Denegação de Documentos Fiscais** por irregularidade cadastral do contribuinte emissor ou destinatário. Por esse procedimento o contribuinte que tiver sua inscrição estadual no status de inapta, suspensa ou baixada não poderá ser destinatário de documentos fiscais ou mesmo emissor destes, implementando um maior controle nos contribuintes e efetividade ao cadastro de contribuintes do Estado;
- ✓ Intensificação da **Fiscalização de Mercadorias em Trânsito**, onde diversas operações foram desenvolvidas, tais como: Operação Verão, Operação Dia das Mães, Operação Natal, Operação Dia dos Pais, Operações de Fiscalização de Estabelecimentos – Porta a Porta, com a participação da SEFA, Receita Federal e SEFIN na região da grande Belém e Ananindeua e PROCON, Operação conjunta SEFA e Receita Federal em diversos municípios paraenses, dentre outras;
- ✓ **Intensificação da cobrança do ITCD**, com base em cruzamento realizado com as informações da Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física e Documentos de Arrecadação Estadual (DAE) existentes nos bancos de dados da SEFA foi possível a cobrança e AINF lavrados para constituição do crédito tributário das doações declaradas à Receita Federal e não recolhidas à SEFA.

32. A meta de arrecadação própria estabelecida para o exercício de 2013 era de R\$ 9,740 bilhões e considerando que ao final do exercício foram registrados R\$ 9,845 bilhões, ou seja, R\$ 105 milhões a mais que a meta fixada, a meta 4 do Programa foi alcançada.

## **2.5 REFORMA DO ESTADO AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

33. Quanto a meta 5, os compromissos assumidos para o exercício de 2013 foram:

- a. **Limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 37,26%:** o percentual apurado para o item foi de 37,26%, reflexo das medidas implementadas para redução desse item de despesa, preservando-se as áreas prioritárias como saúde, segurança e educação. Em 2012 foi





editado o Decreto nº 503, onde foram estabelecidas diversas normas e procedimentos a serem adotados pelos Órgãos Estaduais, com vistas à redução e o controle das despesas.

- b. Foi mantida a estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes criada em 2012 através do Decreto nº 344, de 3 de fevereiro de 2012, que instituiu a comissão Técnico-Institucional de Acompanhamento de Empresas Estatais Dependentes.
- c. Foi mantida a estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa criada através da Portaria nº. 0385/2011, de 17 de agosto de 2011, publicada no DOE, em 23 de agosto de 2011, que instituiu o Grupo Técnico de Acompanhamento do Programa - GTPAF;
- d. Manter atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN): A Coordenadoria de Gestão Fiscal mantém atualizado o SISTN.
- e. Encaminhar à STN, relatório sobre a execução do PAF do ano anterior detalhando as metas ou compromissos: até o dia 31 de maio do exercício posterior;
- f. Manter a divulgação do PAF em meio eletrônico de acesso público: em 2013 foi disponibilizado, no site da SEFA, os Relatórios de PAF, que é feito desde 2011 <http://www.sefa.pa.gov.br/site/pagina/tesouro.contabilidade> ;
- g. Foi mantido o grupo de trabalho - GT para convergência ao MCASP e adoção de novo PCASP - Grupo de Trabalho de integração da Gestão Governamental - GTGOV pelo Decreto nº 345, de 3 de fevereiro de 2012.

Assim, os compromissos para o exercício de 2013, foram todos cumpridos e o percentual apurado para o item “a” foi de 37,26%, sendo considerada **cumprida esta meta e todos os demais compromissos.**

## **2.6 INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL**

34. No exercício de 2013, os recursos financeiros direcionados aos investimentos foram de R\$ 1.194 milhões, menor que os R\$ 1.611 milhões acordados no Programa de Reestruturação para este exercício.

35. Os investimentos registraram em 2013, gastos de R\$ 1.194 milhões, destinados ao início de novas obras, obras já iniciadas e aquisição de equipamentos, representando crescimento positivo de 21,90%, em termos reais, quando comparado a 2012. As áreas que concentraram maior volume de recursos foram: Educação com R\$ 112,2 milhões; Transporte com R\$ 537,4 milhões; Saúde com R\$ 95,1 milhões, Segurança Pública com R\$ 75,3 milhões, Habitação R\$ 56,7 milhões, Saneamento R\$ 55,5 milhões e Administração R\$ 53,8 milhões e Urbanismo R\$ 68,9, representando 88,35% do total investido. Registre-se que do montante aplicado em investimentos, a maior parte foi custada com recursos próprios.

36. Com relação às inversões financeiras, foram gastos R\$ 174 milhões, representando um decréscimo em termos reais de 7,6%, em relação ao exercício anterior. Os recursos nessa rubrica foram direcionados, prioritariamente, para Saneamento – R\$ 146,6 milhões, e Administração - R\$ 16,9 milhões, representando conjuntamente 93,97% do valor global gasto nesse item.

37. A meta de gasto para essa rubrica, acordada no Programa, era investir 12,24% da RLR e no final do exercício de 2013 foi realizado 9,53% dessa receita. Sendo assim, a meta 6 do Programa foi cumprida.



## **2.7 MANIFESTAÇÃO SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE PROCEDER À REVISÃO DO PROGRAMA**

38. O Governo do Estado do Pará vislumbra a necessidade de revisão do Programa, considerando, primeiramente a necessidade natural da revisão da Receita e da Despesa, adequando-as à nova realidade do Estado. Além disso, o fato de o Programa não ser revisado em 2013, ocasionou que diversas operações de crédito que estão em negociação e irão financiar Investimentos fundamentais ao desenvolvimento do Estado, não fossem recepcionadas no Anexo V do Programa.

39. No âmbito da Receita, é necessário ser trabalhada a reestimativa da receita de ICMS e das Receitas transferidas, tomando-se como base a realização de 2013 e as novas perspectivas para 2014.

40. Em relação às despesas, deve-se adequar o custeio à realidade do Estado e as despesas com pessoal devem contemplar além do crescimento vegetativo da folha, os recentes acordos salariais relativos a Reajustes da Área de Segurança, Reajuste Geral de Servidores Públicos, Piso da Educação e Nomeação de Concursados.

41. O Anexo V deverá ser revisado, com vistas a inclusão da perspectiva de novas operações de crédito, principalmente, as voltadas ao Programa FINISA, CPAC II, PMAE Defensoria, além da utilização do Saldo da correção do Anexo, onde estima-se ingressos aproximados de R\$ 750 milhões.

## **2.8 PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2014 - 2016**

42. Nos próximos exercícios o governo do Estado continuará intensificando sua atuação na modernização de sua infraestrutura, com vistas a melhoria dos serviços prestados a população e o desenvolvimento do Estado, continuará atuando fortemente no combate a sonegação e, sobretudo, seguirá buscando reduzir gastos de custeio para viabilizar o aumento de sua capacidade de investimentos.

43. Nesse processo, um dos focos principais continuará sendo a ampliação e melhoria dos níveis de arrecadação estadual e a qualificação da aplicação dos recursos públicos. A previsão de arrecadação para 2014, do principal tributo estadual, o ICMS acrescido de seus acessórios, é de cerca de R\$ 8,5 bilhões, estimando um crescimento de aproximadamente 8% em relação a 2013.

44. Com vistas ao incremento da arrecadação das receitas próprias, o Estado do Pará, continuará implementando ações que impactem positivamente nas áreas de Fiscalização, Arrecadação e Tributação do Estado, tais como:

- ✓ Prosseguimento das ações para a cobrança da dívida ativa: convênio com SERASA, procedimentos de inscrição da Dívida Ativa Não Tributária por meio do Portal de Serviços da SEFA, reestruturação organizacional da Coordenadoria da Dívida Ativa do Estado, Protesto de CDA;
- ✓ Acompanhamento e aprimoramento das normas complementares necessárias à consolidação dos documentos eletrônicos, tais como, Nota Fiscal Eletrônica, Conhecimento de Transporte de Cargas Eletrônico, Manifesto de Cargas Eletrônico, como também da Escrituração Fiscal Digital;
- ✓ Projeto REDESIM;





- ✓ Ampliação dos serviços disponibilizados no Portal como DEC (Domicílio Eletrônico): parcelamento;
- ✓ Início do Projeto Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor, que trará o efetivo controle do segmento varejista no Estado; continuidade das operações conjuntas SEFA e Receita Federal em diversos municípios paraenses.
- ✓ Monitoramento Fiscal dos Segmentos Econômicos, continuação do desenvolvimento e implantação de sistema de controle dos incentivos fiscais e o impacto da renúncia de receitas, especialmente, nos expedientes de competência do Secretário de Estado da Fazenda e das empresas incentivadas por meio da Política de Incentivo ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará;
- ✓ Disponibilização ao usuário de solicitação eletrônica de benefícios fiscais, especialmente, para pessoas portadoras de deficiência, cadeia florestal madeira e indústria moveleira.

*Belém, 27 de maio de 2014*

  
*José Barroso Tostes Neto*

*Secretário de Estado da Fazenda*